



## **CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA**

**AVISO Nº LISBOA -18- 2021- 09**

### **Estágios**

**EIXO PRIORITÁRIO: 5** – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

**OBJETIVO TEMÁTICO: 8** – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

**PRIORIDADE DE INVESTIMENTO: 8 i** – Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores

**FUNDO ESTRUTURAL:** Fundo Social Europeu

**TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO: 18** – Integração dos jovens e/ou adultos no mercado laboral

**TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO:** Estágios

**DATA DE ABERTURA:** 1º dia útil a seguir à publicação do presente aviso

**DATA DE ENCERRAMENTO:** 30 dias após a publicitação do presente aviso

## Índice

1. Enquadramento .....	3
2. Objetivos .....	3
3. Ações elegíveis .....	3
4. Beneficiário .....	3
5. Entidades destinatárias elegíveis .....	4
6. Destinatários elegíveis .....	4
7. Área geográfica .....	4
8. Calendário para apresentação da candidatura .....	4
9. Procedimento para apresentação das candidaturas .....	4
10. Dotação indicativa do fundo a conceder .....	5
11. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário .....	5
12. Duração das candidaturas .....	5
13. Documento obrigatório a apresentar com a candidatura .....	5
14. Indicadores a contratualizar .....	5
15. Forma, montantes e limites dos apoios .....	6
16. Regras de elegibilidade das despesas .....	6
17. Processo de análise e decisão das candidaturas .....	6
18. Condições de alteração .....	7
19. Regime de financiamento e prazos de decisão .....	7
20. Eficiência e resultados .....	8
21. Direitos e obrigações do beneficiário .....	8
22. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações .....	9
23. Divulgação dos Resultados .....	10
24. Outras disposições .....	10
25. Ponto de contacto .....	10
Anexo 1 – Atividades passíveis de financiamento .....	11
Anexo 2 - Deliberação da CIC sobre aplicação de custos simplificados no âmbito dos estágios profissionais .....	17
Anexo 3 - Fluxograma de decisão .....	29

## 1. Enquadramento

Nos termos previstos no artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, publicado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-C/2015, de 19 de junho, Portaria n.º 265/2016, de 13 de outubro, Portaria n.º 41/2018, de 1 de fevereiro, Portaria n.º 235/2018, de 23 de agosto, Portaria n.º 66/2019, de 20 de fevereiro, Portaria n.º 140/2020, de 15 de junho, Portaria n.º 163/2020, de 1 de julho, e 279/2020, de 7 de dezembro, doravante designado por Regulamento Específico, as candidaturas são apresentadas por concurso ou por convite, sendo os respetivos avisos publicitados no Portal do Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)) e na página da Internet da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020.

O presente aviso configura um convite e foi elaborado nos termos do n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, 88/2018, de 6 de novembro, 127/2019, de 29 de agosto e 10-L/2020, de 26 de março e do artigo 9.º do Regulamento Específico, estando dispensada a fundamentação específica prevista no seu n.º 6 em conjugação com o n.º 1 do artigo 16.º daquele Decreto-Lei, por força da Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do PORTUGAL 2020 n.º 82/2015, de 11 de novembro, tratando-se da intervenção de beneficiários responsáveis pela execução de políticas públicas.

## 2. Objetivos

O presente convite destina-se a apoiar os estágios previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Específico, os quais têm por objetivos:

- a) Complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade;
- b) Promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas;
- c) Apoiar a transição para o mercado de trabalho;
- d) Apoiar a melhoria das qualificações e contribuir para a reconversão da estrutura produtiva;
- e) Promover a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida.

## 3. Ações elegíveis

O presente aviso integra estágios desenvolvidos no enquadramento de vários instrumentos de política pública, correspondendo aos regimes contidos nos diplomas nacionais seguinte:

- a) A medida Estágios Profissionais instituída pela Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2017, de 27 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 70/2019, de 27 de fevereiro, e regulamentada pelos Despachos n.º 4462/2017, de 24 de maio, alterado pelo Despacho n.º 3803/2018, de 16 de abril, Despacho n.º 5661/2018, 7 de junho, pelo Despacho n.º 3184/2019, de 22 de março, e pelo Despacho n.º 5490/2020, de 13 de maio
- b) A Medida Estágios ATIVAR.PT instituída pela Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto.

Não será financiada a candidatura em que a totalidade dos projetos das entidades destinatárias nela incluída esteja materialmente concluída antes da apresentação do pedido de financiamento pelo beneficiário à Autoridade de Gestão, atento o n.º 6º do artigo 65.º do Regulamento (EU) n.º 1303/2013.

## 4. Beneficiário

Pode candidatar-se aos apoios previstos nesta tipologia de operação o Instituto do Emprego e Formação profissional, I.P., (IEFP, I.P.) tal como previsto na alínea a) do artigo 25.º do Regulamento específico,

porquanto é o organismo público responsável pela concretização dos instrumentos de política pública identificados.

## 5. Entidades destinatárias elegíveis

Os financiamentos a conceder pelo Programa Operacional Regional de Lisboa 2020 em determinadas prioridades de investimento (PI) têm de evidenciar coerência com a EREIL - Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa (estratégia RIS3), a qual identifica 5 domínios de especialização: Conhecimento, Prospeção e valorização dos recursos marinhos; Meios criativos e indústrias criativas; Investigação, tecnologias e serviços de saúde; Mobilidade e meios de transporte; Turismo e hospitalidade. A estes, acresce o domínio os serviços avançados às empresas.

A articulação entre as medidas de política pública de Estágios (PI 8i) e os domínios de especialização da EREIL tem por objetivo diferenciar o combate ao desemprego e o reforço da empregabilidade. Para ganhar sentido o racional da elaboração da estratégia neste domínio, torna-se necessário uma articulação estreita entre as atividades das entidades que se disponibilizam a receber os estagiários, e que poderão vir a ser potenciais entidades empregadoras, e as atividades económicas (CAE rev3) presentes nos domínios de especialização referidos.

Ou seja, nestas atividades importa assegurar o desenvolvimento de competências relevantes à sua prossecução, para o que contribuirá a medida ativa de emprego relativa aos estágios objeto do presente Aviso. Deste modo, serão elegíveis para financiamento os estágios promovidos pelas entidades destinatárias acolhedoras de estagiários que desenvolvam qualquer uma das **atividades económicas descritas no anexo 1**, garantindo assim a melhoria de condições de empregabilidade desses estagiários, com vista ao reforço do capital humano necessário à sustentação da EREIL.

Consequentemente, não são apoiadas pelo POR Lisboa 2020 candidaturas das entidades destinatárias que operem em atividades económicas não especificadas nesse anexo.

## 6. Destinatários elegíveis

São elegíveis no âmbito da presente tipologia de operação os destinatários/participantes previstos no âmbito dos diplomas normativos enquadradores da política pública referidos no ponto 3 do presente Aviso

## 7. Área geográfica

São elegíveis, no âmbito do presente aviso, as operações que abranjam projetos de entidades destinatárias que se desenvolvam na Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II).

## 8. Calendário para apresentação da candidatura

O período para apresentação das candidaturas decorre das 08H00 do dia seguinte à publicitação da candidatura e as 18H00 do trigésimo dia após a publicitação do Aviso.

## 9. Procedimento para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020.

Previamente à apresentação das candidaturas, o beneficiário deve efectuar, ou assegurar que foi efetuado, o seu registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área

reservada para o beneficiário, da qual conta com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se. Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

#### 10. Dotação indicativa do fundo a conceder

A despesa pública indicativa para o presente convite é de 28 M€ (vinte e oito milhões de euros). A comparticipação pública da despesa elegível é repartida pelo Fundo Social Europeu (50%) e pela Contribuição Pública Nacional (50%), a qual é suportada pelo beneficiário, nos termos do nº 6 do artigo 5.º do Regulamento Específico.

#### 11. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário

No âmbito do presente convite, o IEFP I.P. só pode apresentar uma candidatura.

#### 12. Duração das candidaturas

A candidatura apresentada no âmbito deste convite tem a duração máxima de 36 (trinta e seis) meses, devendo estar concluída até 30 de Junho de 2022.

#### 13. Documento obrigatório a apresentar com a candidatura

Ao formulário eletrónico de cada candidatura tem obrigatoriamente que ser anexado, através de *upload*, em “Documentos necessários para a verificação do cumprimento das condições específicas de admissibilidade e aceitabilidade da operação”:

- Tabela bidimensional, com carácter indicativo, que relacione o indicador de realização (nº total de pessoas) por medidas ativas cruzadas com as CAE (Anexo 1);
- Documento que explicita os cálculos que sustentam o montante financeiro solicitado;

#### 14. Indicadores a contratualizar

Na candidatura o IEFP, I.P deve propor metas a contratualizar com a AG para os indicadores de realização e resultado, tendo em consideração os valores de referência a seguir indicados:

Indicadores de Realização e Resultado			
Indicador		Unidade	Valor-alvo
Indicador de Realização	Participantes desempregados que beneficiam de estágios profissionais	Nº	4.800
Indicador de Resultado	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional	%	72,00

## **15. Forma, montantes e limites dos apoios**

Os apoios a conceder no âmbito deste aviso revestem a natureza de subvenção não reembolsável e assumem a modalidade de tabelas de custos unitários, previstas no n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento Específico, conjugado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Por Deliberação n.º 2 EE/2015 da CIC Portugal 2020, de 21 de outubro, alterada pela Deliberação n.º 2 F/2016, de 20 abril, pela Deliberação n.º 2 H/2017, de 18 de julho, e pela Deliberação n.º 22/2018, de 2 de novembro, em Anexo 2, foi aprovada a aplicação desta modalidade para as candidaturas dos estágios profissionais promovidos pelo IEFP, IP.

## **16. Regras de elegibilidade das despesas**

As despesas são consideradas elegíveis se forem realizadas nos termos previstos no n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, de 17 de janeiro, n.º 175/2018, de 19 de junho, n.º 382/2019, de 23 de outubro, n.º 127/2020, de 26 de maio, n.º 255/2020, de 27 de outubro, e n.º 43/2021, de 23 de Fevereiro, em conjugação com o que dispõe a al. a) do artigo 26.º do Regulamento Específico que determina que as despesas elegíveis são as decorrentes dos diplomas normativos enquadramentos das medidas de política pública relativa aos estágios.

## **17. Processo de análise e decisão das candidaturas**

A decisão fundamentada sobre a candidatura é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Regional de Lisboa 2020, no prazo máximo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento da candidatura.

O mencionado prazo suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que deve ocorrer uma só vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

O IEFP. I.P. é ouvido no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento total ou parcial e aos respetivos fundamentos.

A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão (ver fluxograma com as respetivas etapas, constante do anexo 2 ao presente aviso).

Em caso de aprovação da candidatura, o termo de aceitação deve ser submetido eletronicamente, no prazo máximo de 10 dias úteis contados desde a data da receção da notificação da decisão de aprovação, devidamente autenticado nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do antedito Decreto-Lei, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela AG.

A decisão de aprovação caduca igualmente no caso de adiamento do início da operação por período superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início da sua realização ou à data do conhecimento da decisão de aprovação, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 12.º-A do Regulamento Específico.

A decisão de aprovação das candidaturas é revogada, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma, nos casos em que o período de adiamento do arranque da operação seja superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início da sua realização ou à data do conhecimento da decisão de aprovação, salvo se aquele tiver sido autorizado pela Autoridade de Gestão.

## **18. Condições de alteração**

As alterações à decisão de aprovação são formalizadas via Balcão 2020, através da submissão de um pedido de alteração, formalizado no SIIFSE, em formulário próprio.

Se o IEFP.I.P. não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, com exceção das situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos números 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando nas candidaturas plurianuais o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam para o ano civil seguinte.

## **19. Regime de financiamento e prazos de decisão**

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo IEFP I.P. confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O IEFP I.P. tem direito, para a candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado por cada ano civil, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão eletrónica, no Balcão 2020, do termo de aceitação da decisão de aprovação ou devolução do mesmo, por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar a entidade, e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Comunicação do início da operação no Balcão 2020.

O financiamento pelo POR Lisboa 2020 tem por base o modelo de financiamento praticado pelo IEFP, IP, que assenta na demonstração, por parte da entidade promotora, de elementos de execução física do estágio, durante e no fim do mesmo. Por conseguinte, os pagamentos da Autoridade de Gestão ao IEFP, IP, são efetuados em função da atividade comprovada e validada pelo IEFP, IP, à data de referência do pedido de reembolso em causa.

Os pedidos de reembolso são submetidos no Balcão 2020 com uma periodicidade mínima trimestral, reportando-se ao último dia do mês a que dizem respeito, devendo o IEFP I.P. submeter eletronicamente no Balcão 2020 os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento Específico.



No caso de candidaturas plurianuais, o IEFP I.P. fica obrigado a submeter eletronicamente, no Balcão 2020, até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de Dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a Autoridade de Gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O IEFP, IP, tem direito ao financiamento, por via da apresentação de reembolsos, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso, não exceda os 85% do financiamento total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e a data de apresentação do pedido de pagamento de saldo.

Para efeitos de contagem do prazo de apresentação do pedido de pagamento do saldo, considera-se que a data de conclusão da operação é a que consta do cronograma aprovado, em sede de candidatura ou pedido de alteração, como data final para a realização da sua última ação.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade, conformidade e razoabilidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

## **20. Eficiência e resultados**

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 80% do contratualizado, sendo que abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, a incidir, para cada um dos indicadores, sobre 5% do montante aprovado em saldo.

## **21. Direitos e obrigações do beneficiário**

A submissão da candidatura confere ao IEFP I.P. o direito:

- i. À notificação da decisão que recaiu sobre a candidatura, em estrita observância dos prazos, forma e procedimentos estabelecidos no presente aviso;
- ii. Ao recebimento do financiamento para realização da operação aprovada, apurado de acordo com a forma, montantes e limites estabelecidos e processado dentro dos prazos e em conformidade com os procedimentos constantes do ponto 19;
- iii. Ao acesso à informação e resultados respeitantes ao presente convite.

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura o IEFP I.P. fica obrigado, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a:



- a) Executar as operações nos termos e condições aprovados;
- b) Facultar o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;
- c) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do Programa, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável;
- d) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- f) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- g) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- h) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- i) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- j) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- k) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre o beneficiário e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

O IEFP I.P. fica ainda obrigado a:

- l) Utilizar um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite;
- m) Registar regularmente, no Balcão 2020, a execução física associada às operações aprovadas pelo POR Lisboa 2020, recomendando-se que a atualização seja realizada com uma periodicidade trimestral;
- n) Colaborar com a Autoridade de Gestão no apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos nos anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterado pelo Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018.

O IEFP I.P. assiste ainda os demais direitos e obrigações estabelecidos nas disposições legais e regulamentares, comunitárias e nacionais aplicáveis.

## **22. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações**

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do POR Lisboa 2020, do Portugal 2020, e da União Europeia com referência aos FEEI, de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis em <http://www.porlisboa.qren.pt/np4/664.html>.

### **23. Divulgação dos Resultados**

No portal <https://www.portugal2020.pt> o candidato tem acesso a :

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o convite;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados do presente convite.

### **24. Outras disposições**

Às disposições contidas no presente aviso, aplica-se de forma subsidiária o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, na Portaria n.º 60-A/2015, de 02 de março, na sua atual redação, e na Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação, bem como nos regulamentos europeus, designadamente Regulamentos (UE) n.º 1303/2013, relativo às disposições comuns e gerais relativas aos FEEL, n.º 1304/2013, relativo ao FSE, e n.º 1301/2013 relativo ao FEDER, todos do Parlamento Europeu e do Conselho e de 17 de dezembro.

### **25. Ponto de contacto**

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020

Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa

Telefone: +351 213 847 930 / Correio eletrónico: [lisboa2020@ccdr-lvt.pt](mailto:lisboa2020@ccdr-lvt.pt)

Lisboa, 19 de março de 2021

Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020

A Presidente da Comissão Diretiva

Teresa Almeida

## Anexos

### Anexo 1 – Atividades passíveis de financiamento

Código CAEVer.3	Designação
3111	Pesca marítima
3112	Apanha de algas e de outros produtos do mar
3121	Pesca em águas interiores
3210	Aquicultura em águas salgadas e salobras
3220	Aquicultura em águas doces
8931	Extracção de sal marinho
8932	Extracção de sal gema
10201	Preparação de produtos da pesca e da aquicultura
10202	Congelação de produtos da pesca e da aquicultura
10203	Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos
10204	Salga, secagem e outras actividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura
10913	Fabricação de alimentos para a aquicultura
18110	Impressão de jornais
18120	Outra impressão
18130	Actividades de preparação da impressão e de produtos media
18140	Encadernação e outras actividades relacionadas
18200	Reprodução de suportes gravados
21100	Fabricação de produtos farmacêuticos de base
21201	Fabricação de medicamentos
21202	Fabricação de outras preparações e de artigos farmacêuticos
26512	Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, navegação e outros fins, n.e.
26600	Fabricação de equipamentos de radiação, electromedicina e electroterapêuticos
26701	Fabricação de instrumentos e equipamentos ópticos não oftálmicos
26702	Fabricação de material fotográfico e cinematográfico
28110	Fabricação de motores e turbinas, excepto motores para aeronaves, automóveis e motociclos
29100	Fabricação de veículos automóveis
29200	Fabricação de carroçarias, reboques e semi-reboques
29310	Fabricação de equipamento eléctrico e electrónico para veículos automóveis
29320	Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis
30111	Construção de embarcações metálicas e estruturas flutuantes, excepto de recreio e de desporto
30112	Construção de embarcações não metálicas, excepto de recreio e desporto
30120	Construção e reparação de embarcações de recreio e de desporto
30200	Fabricação de material circulante para caminhos de ferro
30300	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado
30910	Fabricação de motociclos

<b>Código CAEVer.3</b>	<b>Designação</b>
30920	Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos
32121	Fabricação de filigranas
32122	Fabricação de artigos de joalharia e de outros artigos de ourivesaria
32123	Trabalho de diamantes e de outras pedras preciosas ou semi-preciosas para joalharia e uso industrial
32200	Fabricação de instrumentos musicais
32501	Fabricação de material óptico oftálmico
32502	Fabricação de material ortopédico e próteses e de instrumentos médico-cirúrgicos
33130	Reparação e manutenção de equipamento electrónico e óptico
33150	Reparação e manutenção de embarcações
33160	Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais
33170	Reparação e manutenção de outro equipamento de transporte
45200	Manutenção e reparação de veículos automóveis
45402	Manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios
49100	Transporte interurbano de passageiros por caminho de ferro
49200	Transporte de mercadorias por caminho de ferro
49310	Transportes terrestres, urbanos e suburbanos de passageiros
49320	Transporte ocasional de passageiros em veículos ligeiros
49391	Transporte interurbano em autocarros
49392	Outros transportes terrestres de passageiros diversos, n.e.
49410	Transportes rodoviários de mercadorias
50101	Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102	Transportes costeiros e locais de passageiros
50200	Transportes marítimos de mercadorias
50300	Transportes de passageiros por vias navegáveis interiores
50400	Transportes de mercadorias por vias navegáveis interiores
51100	Transportes aéreos de passageiros
51210	Transportes aéreos de mercadorias
51220	Transportes espaciais
52211	Gestão de infraestruturas dos transportes terrestres
52213	Outras actividades auxiliares dos transportes terrestres
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água
52230	Actividades auxiliares dos transportes aéreos
52291	Organização do transporte
52292	Agentes aduaneiros e similares de apoio ao transporte
55111	Hotéis com restaurante
55112	Pensões com restaurante
55113	Estalagens com restaurante

<b>Código CAEVer.3</b>	<b>Designação</b>
55114	Pousadas com restaurante
55115	Moteis com restaurante
55116	Hoteis-apartamentos com restaurante
55117	Aldeamentos turísticos com restaurante
55118	Apartamentos com restaurante
55119	Outros estabelecimentos hoteleiros com restaurante
55121	Hoteis sem restaurante
55122	Pensões sem restaurante
55123	Apartamentos turísticos sem restaurante
55124	Outros estabelecimentos hoteleiros sem restaurante
55201	Alojamento mobilado para turistas
55202	Turismo no espaço rural
55204	Outros locais de alojamento de curta duração
55300	Parques de campismo e caravanismo
56101	Restaurantes do tipo tradicional
56102	Restaurantes com lugares ao balcão
56103	Restaurantes sem serviço de mesa
56104	Restaurantes típicos
56106	Confecção de refeições prontas a levar para casa
56107	Restaurantes, n.e. (inclui actividades de restauração em meios móveis)
56210	Fornecimento de refeições para eventos
56290	Outras actividades de serviço de refeições
58110	Edição de livros
58120	Edição de listas destinadas a consulta
58130	Edição de jornais
58140	Edição de revistas e de outras publicações periódicas
58190	Outras actividades de edição, n.e.
58210	Edição de jogos de computador
58290	Edição de outros programas informáticos
59110	Produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão
59120	Actividades técnicas de pós produção para filmes, vídeos e programas de televisão
59130	Distribuição de filmes, de vídeos e de programas de televisão
59140	projecção de filmes e de vídeos
59200	Actividades de gravação de som e edição de música
60100	Actividades de rádio
60200	Actividades de televisão
61100	Actividades de telecomunicações por fio

<b>Código CAEVer.3</b>	<b>Designação</b>
61200	Actividades de telecomunicações sem fio
61300	Actividades de telecomunicações por satélite
61900	Outras actividades de telecomunicações
62010	Actividades de programação informática
62020	Actividades de consultoria em informática
62030	Gestão e exploração de equipamento informático
62090	Outras actividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática
63110	Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas
63120	Portais web
63910	Actividades de agências de notícias
63990	Outras actividades dos serviços de informação, n.e.
64202	Actividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras
64991	Actividades de factoring
65120	Seguros não vida
69101	Actividades jurídicas
69102	Actividades dos cartórios notariais
69200	Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal
70100	Actividades das sedes sociais
70210	Actividades das relações públicas e comunicação
70220	Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão
71110	Actividades de arquitectura
71120	Actividades de engenharia e técnicas afins
72110	Investigação e desenvolvimento em biotecnologia
73110	Agências de publicidade
73200	Estudos de mercado e sondagens de opinião
74100	Actividades de design
74200	Actividades fotográficas
74900	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.
77110	Aluguer de veículos automóveis ligeiros
77210	Aluguer de bens recreativos e desportivos
77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial
78100	Actividades das empresas de selecção e colocação de pessoal
78200	Actividades de empresas de trabalho temporário
79110	Actividades das agências de viagem
79120	Actividades dos operadores turísticos
79900	Outros serviços de reservas e actividades relacionadas
82110	Actividades combinadas de serviços administrativos

<b>Código CAEVer.3</b>	<b>Designação</b>
82190	Execução de fotocópias, preparação de documentos e outras actividades especializadas de apoio administrativo
82200	Actividades dos centros de chamadas
82300	Organização de feiras, congressos e outros eventos similares
82910	Actividades de cobranças e avaliação de crédito
85510	Ensinos desportivo e recreativo
85591	Formação profissional
86100	Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento
86210	Actividades de prática médica de clínica geral, em ambulatório
86220	Actividades de prática médica de clínica especializada, em ambulatório
86230	Actividades de medicina dentária e odontologia
86901	Laboratórios de análises clínicas
86902	Actividades de ambulâncias
86903	Actividades de enfermagem
86904	Centros de recolha e bancos de órgãos
86905	Actividades termais
86906	Outras actividades de saúde humana, n.e.
87100	Actividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento
87200	Actividades dos estabelecimentos para pessoas com doenças do foro mental e toxicodependência, com alojamento
87301	Actividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento
87302	Actividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento
87901	Actividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento
87902	Actividades de apoio social com alojamento, n.e.
88101	Actividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
88102	Actividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento
88910	Actividades de cuidados para crianças, sem alojamento
88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.
90010	Actividades das artes do espectáculo
90020	Actividades de apoio às artes do espectáculo
90030	Criação artística e literária
90040	Exploração de salas de espectáculo e actividades conexas
91011	Actividades das bibliotecas
91020	Actividades dos museus
91030	Actividades dos sítios e monumentos históricos
91041	Actividades dos jardins zoológicos, botânicos e aquários
91042	Actividades dos parques e reservas naturais
93120	Actividades dos clubes desportivos
93130	Actividades de ginásio (fitness)



<b>Código CAEVer.3</b>	<b>Designação</b>
93210	Actividades dos parques de diversão e temáticos
93292	Actividades dos portos de recreio (marinas)
93293	Organização de actividades de animação turística
93294	Outras actividades de diversão e recreativas, n.e.
95110	Reparação de computadores e de equipamento periférico
96092	Actividades dos serviços para animais de companhia

## **Anexo 2 - Deliberação da CIC sobre aplicação de custos simplificados no âmbito dos estágios profissionais**

### **Deliberação n.º 22/2018**

#### **Metodologia de aplicação de custos simplificados no âmbito dos Estágios Profissionais**


A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020, deliberou, por consulta escrita, nos termos e para os efeitos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 242/2015, n.º 122/2016, n.º 129/2017, n.º 19/2018 e n.º 175/2018, respetivamente, de 13 de agosto, de 4 de maio, de 5 de abril, de 17 de janeiro e de 19 de junho, ao abrigo do artigo 6.º do seu regulamento interno, aprovado pela Deliberação n.º 83/2015, de 21 de dezembro, sob proposta das Autoridades de Gestão respetivas e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., aprovar a atualização da metodologia de custos simplificados, na modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, aprovada pela Deliberação n.º 2-EE/2015, de 21 de outubro, e alterada pelas Deliberações n.º 2-F/2016, de 20 de abril e n.º 2-H/2017, de 18 de julho, decorrente da atualização do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) e do subsídio de alimentação, a aplicar pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e pelos Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve, no âmbito das ações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º e na alínea a) do n.º 9 do artigo 153.º da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 181-C/2015, de 19 de junho, n.º 265/2016, de 13 de

outubro, n.º 41/2018, de 1 de fevereiro e n.º 235/2018, de 23 de agosto, em conformidade com as regras constantes do documento metodológico em anexo à presente deliberação e que dela faz parte integrante.

CIC Portugal 2020, 2 de novembro de 2018

O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

(Despacho n.º 2312/2016, publicado na 2.ª Série do DR de 16 de fevereiro)

  
Ângelo Nelson  
Rosário de Souza  
2018.11.15  
19:25:38 Z  
(Nelson de Souza)

## ANEXO

### Metodologia de aplicação de Opções de Custos Simplificados

Cofinanciamento através da modalidade de **Tabela Normalizadas de Custos Unitários**,

Conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 67.º do Regulamento Geral (Reg. UE n.º 1303/2013) e  
alínea c) do n.º 2, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro

### Estágios Profissionais

#### 1. Estágios

Os estágios visam possibilitar a realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras, com vista a apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho, visando a integração neste último, quer se destinem à integração de desempregados e inativos ou de jovens. Visam também o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural. No âmbito do domínio temático da Inclusão Social e Emprego, os apoios nestes domínios apresentam o seguinte enquadramento.

- **Enquadramento no domínio temático da Inclusão Social e Emprego**

PI	Objetivo específico	Ações
Estágios		
8.i	Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.	Integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho;
8.ii	Integração sustentável no mercado de laboral dos jovens, em especial, os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude.	Inclui ações que visam criar condições adequadas à promoção do emprego de desempregados, apoiando a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho e a integração profissional de desempregados com particulares dificuldades no acesso ao mercado, através da realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras
		Inclui ações que visam criar condições adequadas à promoção da empregabilidade de jovens desempregados, através da realização de uma experiência prática em contexto de trabalho que irá facilitar a transição no final do percurso de educação/formação para o mercado de trabalho, melhorar o seu perfil de empregabilidade e, simultaneamente, promover o conhecimento junto das empresas de novas competências que podem ser geradoras de oportunidades de criação de emprego em novas áreas

<p>Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.</p>	<p>Promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural</p>	<p>As ações a desenvolver no âmbito deste objetivo deverão permitir: i) aumentar o número de pessoas integradas no mercado de trabalho após a participação nas ações aqui enquadradas; ii) aumentar a capacitação de grupos potencialmente vulneráveis, apostando fundamentalmente no desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social; iii) aumentar as competências dos adultos pertencentes a grupos vulneráveis, designadamente em termos de competências básicas de leitura, escrita, cálculo, uso de TIC e domínio da língua portuguesa</p>
--	--	---

## 2. Modelo de custos simplificados

- **Objetivos a atingir com a aplicação do modelo**

- Simplificar a utilização e a transparência dos FEEL – Fundos Europeus e Estruturais de Investimento, com a aplicação de tabelas normalizadas de custos unitários;
- Criar um mecanismo de execução simplificado, desburocratizando e racionalizando os procedimentos das entidades beneficiárias;
- Reforçar a abordagem dos Fundos orientada para os resultados, valorizando a avaliação dos aspetos qualitativos.

- **Modalidade de OCS**

A metodologia de custos simplificados assenta na modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, no enquadramento do estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 67.º do Regulamento Geral (Reg. UE n.º 1303/2013) e na alínea c) do n.º 2, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

- **Âmbito de Aplicação**

PI	PO	Eixo
Estágios		
	PO ISE	1
8.i	POR Lisboa	5
	POR Algarve	5
8.ii	PO ISE	1 e 2
	PO ISE	3
9.i	POR Lisboa	6
	POR Algarve	6

- **Beneficiários**

No âmbito das tipologias de operação abrangidas neste documento o IEFP, I.P. é a entidade beneficiária direta do POISE, POR Lisboa e POR Algarve, na qualidade de Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP).

- **Ações elegíveis**

São elegíveis as ações que cumpram os critérios previstos nos respetivos diplomas normativos enquadradores das políticas públicas, designadamente as seguintes:

- **Estágios (alínea a) do art.º 24 da Portaria 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual):**
  - Estágios desenvolvidos em todos os setores de atividade, participados pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., (IEFP, I. P.), excluindo estágios curriculares de quaisquer cursos e outros que se encontrem subordinados a um plano que requeira um perfil de formação e competências nas áreas da medicina e enfermagem, designadamente médicos e profissionais de enfermagem.

- **Qualificação e emprego de pessoas com deficiência e incapacidade** (*alínea a)* do n.º 9 do art.º 153 da Portaria 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual):
  - Estágios de inserção para pessoas com deficiência e incapacidade.

- **Enquadramento legal**

Cada aviso para apresentação de candidaturas deverá incorporar as referências aos normativos legais de enquadramento e respetivas tabelas em vigor para aquele período de candidatura.

À data deste documento, os diplomas legais<sup>1</sup> que definem as medidas enquadradas nas tipologias de operação abrangidas por esta metodologia encontram-se identificadas em anexo.

- **Modalidade de OCS: Tabelas normalizadas de custos unitários**

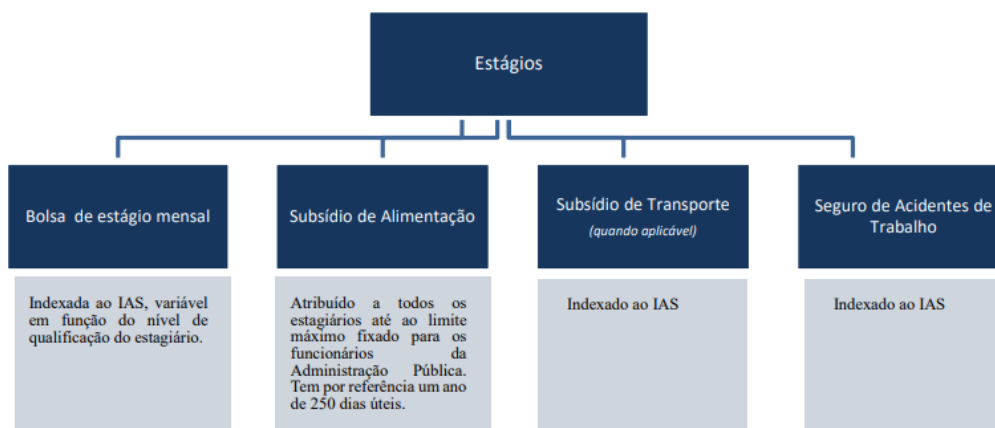
As tabelas de custos unitários assentam nas características objetivas dos beneficiários, existindo tabelas específicas que se destinam ao financiamento de Estágios Inserção de pessoas com deficiência e incapacidade e outros públicos em situações de particular exclusão e vulnerabilidade que, pelas suas características, necessitam de um apoio majorado. As tabelas variam assim por tipologia de estágio e têm em consideração o nível de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações, bem como a percentagem de comparticipação das bolsas de estágio às entidades promotoras.

As tabelas de custos unitários integram 4 categorias de custos no que respeita aos apoios a atribuir aos estagiários e aos encargos a assumir por parte do IEFP, I.P.

---

<sup>1</sup> A publicação de novos diplomas não obriga à alteração da metodologia, atendendo às sucessivas alterações de que é objeto a política pública





*Nota: O esquema representa a totalidade do custo do estágio. O apoio público elegível, a cargo do IEFP, representa uma percentagem deste custo, a qual varia em função, nomeadamente, da dimensão e da natureza da entidade promotora do estágio. O valor remanescente fica a cargo da entidade promotora do estágio.*

As características dos Estágios em matéria de duração, tipo de projeto e de apoio a assegurar aos estagiários, decorrem do estipulado na política pública e têm vindo a ser desenvolvidas com base na modalidade de financiamento de tabelas normalizadas de custos unitários, cujas matrizes se encontram publicadas nos respetivos diplomas legais.

FÓRMULA DE CÁLCULO	
Custo Unitário	$(P \times IAS \times B) + SA + S + ST$
<p>P (Ponderador) – Variável de acordo com o nível de qualificação do estagiário  IAS – Indexante dos Apoios Sociais  B - % de financiamento que varia em função da natureza e dimensão da entidade promotora do estágio  SA (Subsídio de alimentação) - Tem por referência um ano de 250 dias úteis, com o limite máximo fixado para os trabalhadores da administração pública  S (Seguro de Acidentes de Trabalho) - Determinado pela aplicação de uma % sobre o IAS  ST (Subsídio de Transporte) - Quando aplicável, é determinado pela aplicação de uma % sobre o IAS.</p>	

Considerando a necessidade de adaptabilidade da política pública aos contextos socioeconómicos, nomeadamente na variabilidade em curtos espaços de tempo dos montantes dos apoios e níveis de comparticipação, cada aviso para apresentação de candidaturas deverá

incorporar os normativos legais de enquadramento e respetivas tabelas em vigor para aquele período de candidatura.

Em anexo encontram-se as tabelas de custos unitários aplicáveis aos avisos publicados, sem prejuízo de posteriores alterações decorrentes da política pública que doravante passarão a ser identificadas em sede de avisos de abertura de candidaturas.

### 3. Regras de elegibilidade e cofinanciamento

**Estágios** (art.º 26 da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual):

Sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis as seguintes despesas:

- As que integram a comparticipação dos organismos responsáveis pela concretização dos respetivos instrumentos de política pública, nos termos previstos nos diplomas normativos enquadramentos, no âmbito dos estágios previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da Portaria n.º 97-A/2015.

**Qualificação e emprego de pessoas com deficiência e incapacidade** (art.º 155 da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual):

- São elegíveis as despesas que integram a comparticipação do IEFP, I. P., nos termos previstos no diploma normativo enquadrador da política pública.

- **Indicadores de Realização e Resultado**

- **Indicadores de Realização:**

1. Participantes adultos desempregados que beneficiam de estágios profissionais;
2. Participantes NEET/jovens desempregados que beneficiam de estágios profissionais.

- **Indicadores de resultado:**

1. % de participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional;

8 | 15

2. % de participantes jovens empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional;
3. % de participantes NEET em educação, formação ou emprego uma vez terminada a participação num estágio profissional.

- **Cessação do apoio**

Decorre do desenho da medida já que prevê um conjunto de normas estritas cujo incumprimento determina o fim da atividade. Assim, a regulamentação aplicável aos Estágios prevê a cessação da frequência do estágio e do respetivo financiamento nas seguintes situações:

- Desistência do estágio (por iniciativa da entidade ou do estagiário);
- Assiduidade, nos termos previstos nos diversos diplomas legais aplicáveis (por exemplo, a ocorrência de 5 dias de faltas injustificadas ou de 15 dias de faltas justificadas, seguidas ou interpoladas).

Assim, estas normas apesar de não constituírem em si uma regra de corte, determinam que o financiamento do estágio é ajustado de acordo com o período temporal de frequência do estagiário.

- **Pressupostos de análise**

As intervenções abrangidas por este modelo financiam apenas custos que se encontram definidos na legislação em vigor, a qual tem sido frequentemente alterada. Decorrente destas alterações não foi possível basear a análise num histórico de financiamento pelo que o presente assenta nas tabelas de custos unitários já definidas e aplicadas pela política pública.

Assim sendo, as entidades promotoras de estágios nesta tipologia de operação não se enquadram no âmbito da concorrência, pelo que o cofinanciamento do FSE, através dos diversos PO, em caso algum pode ser considerado um auxílio de Estado.

A legislação nacional enquadra estes estágios enquanto medida de política ativa de emprego, através da inserção no mercado de trabalho, que consiste num apoio à inserção de desempregados, visando promover períodos de profissionalização com a finalidade de facilitar a sua transição para o mercado de trabalho, não se podendo confundir com auxílios ao emprego concedidos a empresas, já que não se trata de apoiar uma qualquer relação laboral mas apenas promover e apoiar um dispositivo em que a aquisição e o aperfeiçoamento das competências sócio profissionais dos estagiários é realizada num contexto de aprendizagem em situação de trabalho.

- **Evidências e verificação**

- **Autoridade de Gestão**

No sentido de cumprir com as responsabilidades impostas pelo Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, as Autoridades de Gestão (AG) procedem, no âmbito das operações financiadas na modalidade de custos unitários, à realização de verificações que incidem fundamentalmente sobre os aspetos técnicos e físicos das operações, por forma a verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e o cumprimento das condições de apoio da operação.

As verificações de gestão a realizar consubstanciam:

- Verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso apresentado por parte dos beneficiários;
- Verificações das operações no local.

As **verificações administrativas** incidem obrigatoriamente sobre todos os pedidos de reembolso, incluindo pedidos de reembolso intermédio e de saldo final, e baseiam-se na análise de uma amostra representativa das atividades físicas objeto de financiamento, ou seja, dos estágios registados na execução física das operações.

Considerando que existem aspetos respeitantes à legalidade e regularidade das operações que não podem ser verificados em ambiente “desk”, as AG desenvolvem, a título complementar, verificações “in loco” das operações, designadas por **verificações no local**, com vista a confirmar a realidade da operação, o seu progresso físico, a exatidão da informação sobre execução física declarada ao programa, bem como o respeito pelas regras comunitárias em matéria de publicidade.

Prosseguindo o objetivo de garantir a legalidade, conformidade e regularidade dos apoios concedidos ao abrigo da **modalidade de custos unitários**, a determinação dos montantes de despesa a aprovar deverá ser efetuada com base na atividade física declarada e no cumprimento das condições para o pagamento.

Em sede de análise de cada pedido de reembolso, é selecionada para verificação uma amostra aleatória mínima de 30 estagiários, tendo por referência os dados acumulados declarados pelo IEFP, I.P. no módulo de execução física da operação. Identificam-se, de seguida, os documentos considerados relevantes para a referida análise:

- Comprovativo da condição de jovem NEET;
- Comprovativo da habilitação literária detida;
- Comprovativo da condição de deficiência e incapacidade do estagiário ou de outro fator de majoração, quando aplicável;
- Comprovativo da dimensão da entidade acolhedora;
- Mapas de assiduidade relativos aos meses declarados no pedido de reembolso em análise;
- Cópias do contrato celebrado entre a entidade acolhedora e o estagiário;
- Cópia do termo de aceitação assinado pela entidade acolhedora do estágio;
- Os demais elementos que se apresentem necessários para aferir da elegibilidade do estágio na política pública e na respetiva Tipologia de operações, assim como para validação do custo unitário de referência praticado.

O montante total dos custos a aprovar por cada pedido de reembolso resulta do cruzamento entre os dados de execução física declarados (identificação exaustiva de cada estagiário, da sua

habilitação e do n.º de meses acumulado do estágio) e as tabelas de custos unitários apresentadas em anexo a este documento.

A dimensão e o tipo de documentação de suporte a solicitar aos beneficiários para efeitos de verificação administrativa baseia-se numa avaliação dos riscos de cada tipo de operação ou beneficiário, pelo que pode proceder-se à seleção complementar de amostras dirigidas.

▪ **Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.**

O processamento dos apoios ao estagiário é regulado nos normativos legais associados a cada uma das medidas, estando os respetivos regulamentos disponíveis no portal do IEFP.

### Anexo 3 - Fluxograma de decisão

